



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS V

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

BÁRBARA ALEXSANDRA DE OLIVEIRA SANTOS

**A CONCEPÇÃO DE ASSOCIATIVISMO NA COLETA SELETIVA: ESTUDO DE
CASO DA ASSOCIAÇÃO ACORDO VERDE, JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL**

JOÃO PESSOA

2018

BÁRBARA ALEXSANDRA DE OLIVEIRA SANTOS

A CONCEPÇÃO DE ASSOCIATIVISMO NA COLETA SELETIVA: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO ACORDO VERDE, JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Área de concentração: Sociedade e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa.

Coorientadora: Prof. Dra. Maria de Fátima Araújo

JOÃO PESSOA

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S231c Santos, Barbara Alexsandra de Oliveira.

A concepção de associativismo na coleta seletiva [manuscrito] : estudo de caso da associação acordo verde, João Pessoa, Paraíba, Brasil / Barbara Alexsandra de Oliveira Santos. - 2018.

55 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa , Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - CCBSA."

"Coorientação: Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo , Departamento de Biologia - CCBS."

1. Associativismo. 2. Catadores/as. 3. Acordo verde. I.

Título

21. ed. CDD 334

BÁRBARA ALEXSANDRA DE OLIVEIRA SANTOS

A CONCEPÇÃO DE ASSOCIATIVISMO NA COLETA SELETIVA: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO ACORDO VERDE, JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

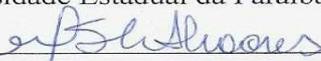
Área de concentração: Sociedade e Meio Ambiente.

Aprovada em: 07 / 12 / 2018 .

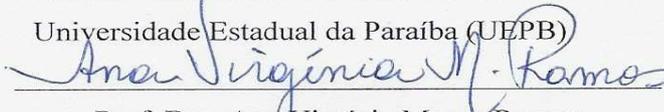
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Martha Simone Cavalcanti Amorim Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Ana Virgínia Moura Ramos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

Prof. Dr. Márcio Adriano dos Santos Dias (membro suplente)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Neste momento de extrema importância para minha vida acadêmica e pessoal agradeço ao meu bom Deus por ter me concedido uma experiência tão enriquecedora, me fortalecendo e mostrando que o meu sonho seria alcançado pelo merecimento do meu esforço.

Agradeço a minha família, Sandra, Fernando e Bruna (a quem dedico prioritariamente esta conquista), por me apoiarem e incentivarem a seguir aquilo que acredito com responsabilidade, persistência e amor. Aos demais familiares agradeço imensamente os conselhos e encorajamento.

Ao meu companheiro John por estar sempre ao meu lado, por querer sempre ver o melhor que eu podia oferecer me mantendo firme e persistente.

A Universidade Estadual da Paraíba que através do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas me acolheu e deu suporte dentro das condições estabelecidas para minha formação. A competente equipe de professores (as) que fazem parte do Campus V da UEPB, que transmitiram para mim toda base para contribuir com meus conhecimentos.

Agradeço especialmente ao meu orientador Vancarder Brito Sousa que através do profissionalismo e dedicação aos alunos (as) despertou em mim interesse para a área socioambiental, que com paciência me direcionou e contribuiu significativamente pra o meu aprendizado.

A minha professora e coorientadora Maria de Fátima Ferreira de Araújo (a quem eu devo minha extrema gratidão) por me proporcionar uma experiência inigualável através do seu projeto. Que sempre esteve disposta a me ensinar na prática a ser uma competente profissional, a me estimular e ajudar nos momentos que mais precisei.

Aos meus amigos (as) especialmente Viviane e Carol por me auxiliarem nos momentos que mais precisei.

Aos catadores (as) de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa, e especialmente aos membros da Associação Acordo Verde que sempre me acolheram com tanto amor e carinho.

Agradeço aos membros da banca examinadora por terem aceitado o convite e pelas contribuições ao trabalho.

RESUMO

O presente estudo indica as relações estabelecidas pelo trabalho associativo dos (as) catadores (as) de material reciclável. O modelo de trabalho associativo é necessário por incentivar uma maior inclusão socioproductiva por meio da formalização da atividade em uma estrutura mínima, defesas de interesses coletivos comuns bem como a organização destes trabalhadores. A pesquisa teve por objetivo avaliar como os catadores/as do projeto Acordo Verde localizada no município de João Pessoa, compreendem o universo que envolve seu trabalho sob a ótica associativa, assim como seus reflexos na vida social e coletiva dentro do empreendimento. Para sua realização foi utilizada uma metodologia qualitativa, observação participante e entrevista semiestruturada aberta com personagens-chaves do empreendimento econômico solidário. Como resultados obtidos podemos afirmar que, através da reconstituição histórica do Acordo Verde a partir dos catadores/as algumas transformações foram observadas entre a sua fundação e a atualidade, relacionadas às dificuldades enfrentadas e avanços obtidos pela categoria, onde o trabalho associativo trouxe uma capacidade de conhecimento no âmbito da organização interna fortalecendo os interesses em benefício da classe de trabalhadores da reciclagem, auxiliando a estruturação por meio do trabalho coletivo, assim como estratégias de melhoria para obter quantidades maiores de materiais para venda culminando em uma maior rentabilidade para o grupo.

Palavras-chave: Acordo Verde. Associativismo. Catadores/as.

ABSTRACT

The present study indicates the relations established by the associative work of the collectors of recyclable material. The associative work model is important because it encourages greater socio-productive inclusion through the formalization of the activity in a minimum structure, common collective interests defenses as well as the organization of these workers. The aim of the research is to evaluate how the collectors of the Acordo Verde located in the municipality of João Pessoa, understand the universe that involves their work under the associative perspective, as well as their reflections in social and collective life within the enterprise. For its accomplishment a qualitative methodology is used, participant observation and open semi-structured interview with key personages of the solidarity economic enterprise. As a result we can affirm that, through the historical reconstitution of the Acordo Verde Project from the collectors, some changes were observed between its founding and the present, related to the difficulties faced and the advances achieved by the category, where associative work brought a capacity of knowledge within the internal organization strengthening interests for the benefit of the class of recycling workers, helping structuring through collective work, as well as improvement strategies to obtain larger quantities of materials for sale culminating in a greater profitability for the group.

Keywords: Acordo Verde. Associativism. Collectors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação dos Resíduos Sólidos.....	14
Figura 2 - Associação Acordo Verde Núcleo I.....	26
Figura 3 - Associação Acordo Verde Núcleo II	27
Figura 4 – Catadora realizando a triagem do material reciclado no galpão I da Associação Acordo Verde	32
Figura 5 – Aula com catadores no galpão I da Associação Acordo Verde	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil.....	17
Gráfico 2 - Disposição final de RSU no Brasil por tipo de destinação (t/dia)	18
Gráfico 3- Gênero sexual dos catadores/as da Associação Acordo Verde.....	33
Gráfico 4 – Faixa etária dos catadores/as da Associação Acordo Verde	34
Gráfico 5 – Estado Civil dos catadores/as da Associação Acordo Verde	35
Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos catadores/as da Associação Acordo Verde	36
Gráfico 7 – Número de filhos (as) dos catadores/as da Associação Acordo Verde	38
Gráfico 8 – Renda Mensal dos catadores/as da Associação Acordo Verde	39

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Coleta e Geração de RSU no estado da Paraíba.....	19
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

EES – Empreendimentos de Economia solidária

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMLUR – Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

NBR – Norma Brasileira

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB – Política Nacional de Saneamento Básico

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 Resíduos Sólidos Urbanos (RSU).....	12
2.1.1 Conceituação e Classificação	12
2.1.2 A problemática gerada pelos resíduos sólidos urbanos	15
2.1.3 Uma breve análise sobre os resíduos sólidos: do nível nacional para o local	16
2.2 A Importância do Catador de Materiais Recicláveis na Sociedade de Consumo.....	19
3 A CONCEPÇÃO DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA COLETA SELETIVA: FORTALECIMENTO PELA AUTO-GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	22
4 METODOLOGIA.....	25
4.1 Caracterização do Local de Estudo.....	25
4.2 Delimitações da Pesquisa Científica.....	28
4.3 Procedimento de Coleta de Dados	29
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5.1 Perfil Socioeconômico dos Catadores (as) da Associação Acordo Verde.....	31
5.2 Análise da Concepção Associativa.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII o modelo de desenvolvimento mundial iniciado na Inglaterra ficou conectado diretamente ao de crescimento econômico, o qual levou em consideração o incentivo a produção de bens e consumo em grande escala por meio do avanço do setor industrial, que passou por um processo de expansão alcançando outros países, já que alguns estavam imersos em um paradigma de mundo globalizado.

Além de provocar a extração das riquezas naturais como pressuposto de que eram fontes abundantes e inesgotáveis, este momento na história foi marcado por grandes investimentos e evolução na ciência e tecnologia, força do capital, crescimento da urbanização e exploração de mão de obra para se obter resultados baseados no lucro graças ao modelo capitalista clássico vigente.

Este sistema, teve o poder de influenciar diretamente aspectos que buscavam o progresso ao mesmo tempo que promoviam a degradação contínua da natureza com o aumento da poluição, quantidade de resíduos gerados, desmatamento e contaminação provocando posteriormente uma crise ambiental global. Foi só a partir da década de 1960 que os problemas ambientais começaram a chamar atenção do mundo trazendo o debate em conferências, convenções, estudos de impactos, criação de fóruns e entidades que visavam à defesa e realização de medidas que promovessem intervenções para recuperar os danos causados ao meio ambiente natural garantindo bem-estar socioambiental das gerações futuras.

Com este pressuposto a ideia de sustentabilidade global surgiu em meados do século XX como suporte a fim de impulsionar pensamentos e ações referentes à escassez de recursos, levando em conta as pressões humanas geradas ao meio ambiente na era tecnológica criando uma base de reestruturação de danos com uma filosofia de concordância equilibrada entre economia, sociedade e meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável exibiu um aviso cauteloso sobre os reflexos que foram praticados ao longo de toda ascensão técnica científica até os dias de hoje, dentre as quais se destacam as transformações dos ecossistemas mundiais e o aumento do contingente populacional que demandou maior disponibilidade de recursos naturais e energéticos, ao passo que o quadro populacional crescia exponencialmente outro fator contribuiu diretamente para um problema de ordem mundial passando por todas as esferas sociais, que é a geração de

o aumento da produção de resíduos sólidos urbanos incentivados pela ideia de consumismo e apoiados pela expansão econômica.

O aspecto cultural que motivou o ato de adquirir produtos com o tempo de decomposição superior ao ritmo de compra reflete na problemática de acúmulo de resíduos, influenciando diretamente na saúde pública e capacidade de manter um ambiente equilibrado. O destino do montante de toneladas geradas, ainda, não é totalmente adequado sendo depositados em locais impróprios como os lixões a céu aberto e aterros controlados piorando ainda mais os problemas ambientais e sociais.

No entanto, existem alguns fatores a serem considerados para minimizar este processo, aliando o tratamento adequado a reutilização está à reciclagem que por meio da coleta seletiva solidária pode favorecer o retorno dos resíduos a cadeia produtiva trazendo impactos positivos para o meio ambiente.

Nesse contexto, surge uma categoria de trabalhadores que cooperam exatamente para o cumprimento desta atividade, o catador de materiais recicláveis, que foram os primeiros a criarem uma nova estratégia para o mercado através daquilo que é descartado pela sociedade gerando emprego e renda.

Para se entender o cenário no qual estão inseridos os catadores e catadoras de materiais reciclados, é preciso perceber como se deu o surgimento dessa categoria, bem como, compreender os limites que são impostos à realidade do seu trabalho, os avanços e recuos presenciados ao longo dos anos.

A atividade de catador/a só veio ser reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações em 2002, embora esse avanço trouxesse transformações para esta classe é nítida a presença de dificuldades no que diz respeito ao apoio do poder público, incentivo e visibilidade social. Na maioria das vezes o trabalho que estas pessoas exercem está sujeitas a falta de condições adequadas, como exposição a doenças e extensas jornadas de trabalho.

Como forma de organização para fortalecimento da categoria foi surgindo às cooperativas e particularmente como recorte de estudo deste trabalho associações de catadores de materiais recicláveis em prol da defesa de objetivos comuns, a fim de colaborar com a retirada destes trabalhadores da vulnerabilidade a que estão sujeitos assim como dificuldades enfrentadas no trabalho de catação individual. O exercício da função de forma coletiva se enquadra como uma possibilidade de melhoria nas condições de trabalho e renda.

Desta forma, tomando como referência os pressupostos que versam o papel do catador/a de material reciclável na sociedade de consumo e suas relações, este trabalho teve por objetivo central avaliar como os catadores/as da Associação Acordo Verde localizada no município de João Pessoa, estado da Paraíba, compreendem o universo que envolve seu trabalho sob a ótica associativa assim como seus reflexos na vida social e coletiva dentro do empreendimento, sendo necessário compreender: 1) o que levou a participar de uma Associação de catadores/as; 2) quais benefícios e avanços este modelo de trabalho traz para o catador/a; 3) quais dificuldades enfrentadas nesta Associação em particular; 4) o que mudou na vida pessoal de cada entrevistado ao se inserir neste tipo de empreendimento, sendo dividido em introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

2.1.1 Conceituação e Classificação

A interpretação do conceito de lixo e resíduos frequentemente são tratados como sinônimos, a despeito do que versa suas particularidades as diversas concepções vão de encontro a uma realidade que tem se tornando bastante discutida mundialmente já que o assunto está vinculado com a estabilidade e conservação do meio ambiente e uso consciente dos recursos naturais para subsistência humana, por isso é de suma importância delinear suas definições como passo inicial deste trabalho.

Conforme estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004, p.1) mediante a Norma Brasileira Registrada 10004 o termo resíduo é definido como:

Os resíduos sólidos e semissólidos são aqueles que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face a melhor tecnologia disponível.

Este conceito pode ser compreendido também a partir da Lei federal nº 12.305, decretada em 02 de agosto de 2010 conforme estabelecida por meio da Política Nacional de Resíduos sólidos (PNRS)¹, que se configurou como sendo o marco regulatório para resíduos sólidos alavancando questões de cunho ambiental no Brasil estimulando ações voltadas para sustentabilidade e fomento a inclusão socioeconômica dos catadores.

No mesmo sentido, outro instrumento legal que regulamenta a Lei mencionada anteriormente é o Decreto nº 7.404² de 23 de dezembro de 2010 no qual cria Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Configurando mais um indicador de responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos sólidos (inclusive do poder

¹ Modifica a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Que trata dos princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relacionados à execução de iniciativas para gestão integrada e gerenciamentos dos RSU. Disponível em ><http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636><. Acessado em: 14 de jun. 2018.

²Mais detalhes em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7404.htm. Acessado em: 17 de jun. 2018.

público) com relação ao ciclo de vida dos itens produzidos.

De acordo com o IPT/CEMPRE (2000) a interpretação de resíduo oriundo do seu manual de gerenciamento integrado, está baseada na produção proveniente das práticas cotidianas humanas, no qual perdem sua utilidade tornando-se inaproveitáveis.

Com a finalidade de explicar o termo Fadini & Barbosa (2001, p.9) propõe:

Chamamos de lixo a uma grande diversidade de resíduos sólidos de diferentes procedências, dentre eles o resíduo sólido urbano gerado em nossas residências. A taxa de geração de resíduos sólidos urbanos está relacionada aos hábitos de consumo de cada cultura, onde se nota uma correlação estreita entre a produção de lixo e o poder econômico de uma dada população.

A produção de resíduos é algo intrínseco da natureza humana provenientes das suas atividades cotidianas, cuja finalidade se baseia em adquirir produtos para fins de sobrevivência, culturais, ou até mesmo ‘desnecessariamente’ tornando seu valor cada vez ínfimo para o consumidor.

No que trata do seu ciclo de vida é importante destacar que ele está inserido em um fluxo bem determinado, a começar da extração de matérias-primas da natureza com a finalidade de produzir bens de consumo para às fontes geradoras, subsequente, está à destinação final por meio do descarte culminando na decomposição na natureza. A esse respeito à Lei 12.305/2010 indica que o ciclo de vida do produto dispõe de responsabilidade compartilhada. Reforçando que, este compõe uma série de etapas que necessitam de uma deposição adequada para o pós-consumo para não promover degradação ao meio ambiente natural.

Quanto à classificação dos resíduos sólidos existem particularidades que os tipificam como origem, composição química, presença de umidade e periculosidade (toxicidade) conforme representados na figura 1 a seguir.

Figura 1 - Classificação dos Resíduos Sólidos

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS	
ORIGEM	<ul style="list-style-type: none"> - Industrial - Urbanos - Serviços de Saúde - Portos - Aeroportos - Terminais rodoviários e ferrovias - Agrícolas - Radioativo - Entulho
COMPOSIÇÃO QUÍMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Orgânico - Inorgânico
PRESENÇA DE UMIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Seco - Úmido
TOXIDADE (NBR 10.004/2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Classe I - Classe II-A - Classe II-B

Fonte: MANO, PACHECO e BONELLI, (2010, p. 99 e 100).

No que refere ao assunto quando a questão é conceitual, é importante classificá-los para título de esclarecimento que envolve a geração, deposição e aproveitamento dos materiais já que estão diretamente ligados a impactos ambientais ao longo da história da humanidade, interferindo significativamente no equilíbrio ambiental e consequentemente no bem-estar humano.

2.1.2 A problemática gerada pelos resíduos sólidos urbanos

Historicamente, o aumento do contingente populacional, relacionado à maior produção de bens tecnológicos e serviços incentivados pelo advento industrial demonstra a necessidade de produzir cada vez mais para suprir a demanda de consumo da população. Consequentemente, o hábito de adquirir produtos estimulados pelo modelo capitalista contemporâneo (que incentiva categoricamente a cultura do consumo) principalmente no espaço urbano foi preponderante para desencadear o crescimento sobre a geração de resíduos.

Fato que demonstra o quanto o estilo de vida das pessoas reflete na taxa de produção individual, e quando se pensa em uma marca de bilhões de habitantes no planeta alcançados pela explosão demográfica, isso representa duas variáveis importantes, quanto maior o desenvolvimento econômico local maior o percentual de compra de produtos pelos consumidores.

No que trata o próprio modelo de consumismo identificado pelo estímulo em adquirir toneladas de produtos que achamos “úteis”, mas que na verdade são tratados como produtos obsoletos, por um curto espaço de tempo, cujo período de degradação é superior ao ritmo de compra, reflete-se na problemática de acúmulo de resíduos nos conglomerados urbanos. Para Portilho (2005, p. 67) “esta abundância passou a receber uma conotação negativa sendo objeto de críticas que consideram o consumismo um dos principais problemas das sociedades industriais modernas”.

Esta compreensão corrobora a idealização destacada:

À medida que se expande a escala da economia global, mais resíduos são gerados, os sistemas naturais são comprometidos, deterioram-se os direitos das gerações futuras e estoques de conhecimento dos recursos genéticos são perdidos. As novas tecnologias eventualmente atenuam o problema, mas somente depois de já terem causado muita destruição (DUPAS, 2008, p.29).

Vale salientar que no contexto em que os resíduos sólidos urbanos estão inseridos há reflexos diretos no meio ambiente provenientes do aumento do consumo de produtos alimentícios, fabricação de embalagens e alta demanda por matéria-prima onde seu acondicionamento e destino inadequados refletem em uma crise ambiental de ordem global.

Sobre o assunto Lima (2010, p.1) afirma que:

Por mais importantes que tenham sido as mudanças proporcionadas pela industrialização e, mais adiante, pela globalização, o intenso ritmo de produção, aliado ao consumo exacerbado acarretou a depredação ambiental,

de forma a comprometer a própria vida no planeta.

Para Theis (1996, p.54) “o processo de degradação ambiental foi amplamente acelerado com a Revolução Industrial e com a corrida pelo desenvolvimento econômico”.

No mesmo sentido, Condesso (2001, p. 39) ressalta que:

(...) o planeta terra encontra-se, hoje, perante o dilema de viver uma “civilização” industrial e agrícola poluidora, conter uma população que cresce a um ritmo galopante e ter um patrimônio e recursos naturais, incessantemente, degradados pela humanidade, à escala mundial. Como vimos os problemas ambientais situam-se, hoje, entre as principais questões mundiais.

Em vista disso, a forma como os resíduos são depositados na natureza pode trazer sérios riscos como problemas sanitários atribuídos a poluição e contaminação ambiental, além de aspectos que envolvem a saúde pública interferindo na qualidade de vida das pessoas bem como na vulnerabilidade social.

Tomando como referência o cenário brasileiro, do ponto de vista constitucional, a questão que versa sobre a responsabilidade de todas as esferas sociais sobre conservação do meio ambiente conforme previsto em Lei destaca-se no artigo:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Haja vista que os resíduos sólidos não estão distantes dessa discussão sobre conservação do meio natural, como mostra a constituição cidadã a garantia de direito, é importante considerar a disposição ambientalmente adequada como forma de melhores perspectivas para os descendentes viabilizando um crescimento sustentável.

Nesta mesma linha de entendimento a PNRS estabelece a reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e aproveitamento a fim de garantir no processo final uma diminuição da exploração de recursos naturais bem como a degradação ambiental.

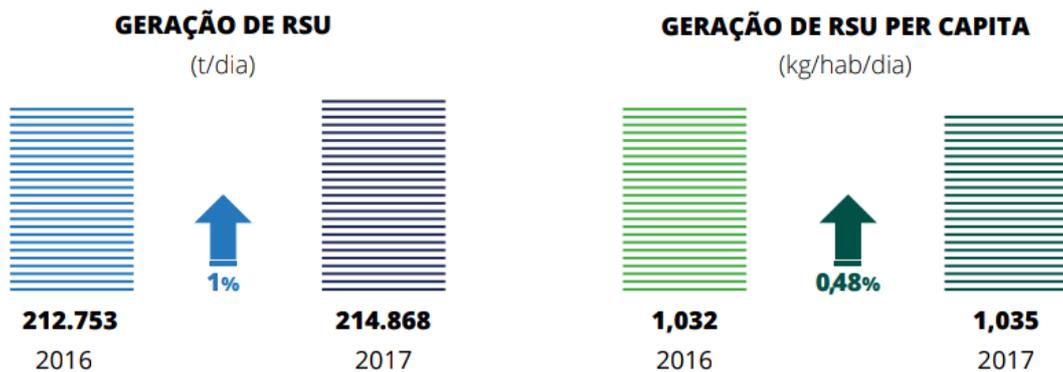
2.1.3 Uma breve análise sobre os resíduos sólidos: do nível nacional para o local

De acordo com a projeção da estimativa populacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) havia 207.660.929 habitantes no Brasil em julho de 2017. Apesar dos resíduos sólidos gerados no território nacional, o IBGE juntamente com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)

elabora e divulga anualmente um arquivo que mostra o Panorama de Resíduos Sólidos no território nacional, trazendo alguns detalhes a respeito da sua gestão integrada, assim como uma projeção acerca do que se espera de avanço para o setor.

Conforme os dados deste panorama, para ABRELPE (2017) houve uma expansão populacional de 0,75% entre os anos de 2016 e 2017 onde a geração total de RSU neste último aumentou 1% em relação ao ano anterior, correspondendo a um montante de 78,4 milhões de toneladas de RSU gerados equivalendo a 214.868 toneladas diárias, ou seja, 2.115 a mais que o ano de 2016. Com relação à geração *per capita* que está relacionado à quantidade de RSU por uma parcela de habitantes ao dia ocorreu um aumento de 0,48% de acordo com o (gráfico 1) que segue.

Gráfico 1 - Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil



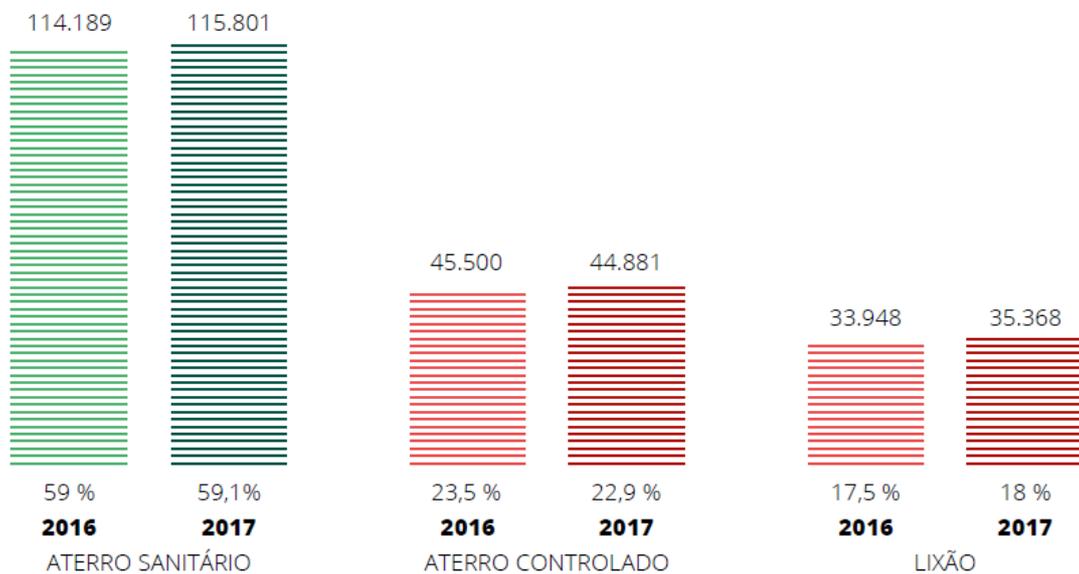
Fonte: Pesquisa ABRELPE & IBGE, 2017.

A situação da destinação ambientalmente adequadas dos RSU ainda possui certas fragilidades em alguns municípios brasileiros, mesmo possuindo uma legislação que por meio da PNRS determina o fechamento dos lixões a céu aberto para implantação de aterros sanitários.

De acordo com a análise do gráfico, a ABRELPE (2017, p.19) afirma que “as unidades inadequadas como lixões e aterros controlados, porém ainda estão presentes em todas as regiões do país e recebem mais de 80 mil toneladas por dia, com índice superior a 40%” mostradas no (gráfico 2).

Mediante estes dados, é possível deduzir que a problemática que envolve o não cumprimento do que está previsto na PNRS revela ainda algumas irregularidades na conjuntura que se encontra as políticas ambientais no Brasil, no qual necessita de um planejamento por meio de um sistema integrado, envolvendo gestão e gerenciamento adequados com a coparticipação de poderes públicos e privados com a ampliação e cumprimento das normas previstas em lei.

Gráfico 2 - Disposição final de RSU no Brasil por tipo de destinação (t/dia)



Fonte: Pesquisa ABRELPE 2017.

Por conseguinte, é concebível estabelecer ligações que envolvem os resíduos sólidos e saneamento básico no país. Dados do IBGE (2008) a partir da pesquisa nacional de saneamento básico revelam que na região Nordeste 89,3% dos resíduos eram destinados a lixões. No estado da Paraíba os números correspondem a 36,8% depositados nos aterros controlados (ABRELPE,2014).

Estima-se que a quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos por cada habitante em 2014 no estado da Paraíba seja em torno de 0,758 quilos por dia (ABRELPE,2014).

Tabela 1 - Coleta e Geração de RSU no estado da Paraíba

População Total		RSU Coletado				RSU Gerado (t/dia)	
		(Kg/hab/dia)		(t/dia)		2013	2014
2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
3.914.421	3.943.885	0,741	0,758	2.902	2.989	3.409	3.504

Fontes: Pesquisa ABRELPE e IBGE 2014.

De acordo com dados da Autarquia Especial de Limpeza Urbana (EMLUR) há aproximadamente 254 mil toneladas de lixo domiciliar coletadas no ano de 2016 no município, no qual, apenas uma ínfima porcentagem é destinada a reciclagem correspondendo a menos de 5%, e sua maior quantidade é direcionado ao aterro sanitário metropolitano reiterando o desafio de se enquadrar em um nível equilibrado de desenvolvimento sustentável.

2.2 A Importância do Catador de Materiais Recicláveis na Sociedade de Consumo

Os catadores de materiais recicláveis desde muito tempo foram os primeiros a obter algum tipo de renda em busca de melhores condições de vida, naquilo que é descartado pela sociedade. A trajetória que envolve a realidade do seu trabalho muitas vezes as margens da informalidade em locais insalubres como ruas e lixões a céu aberto, são baseados em condições de vulnerabilidade, risco de doenças, longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, além do estigma social em que o trabalho está submetido.

O aumento de pessoas vivendo da catação ainda reflete a persistência da pobreza e da desigualdade, que muitas vezes está influenciado pelos quadros de desemprego e baixa escolaridade, ou seja, envolvidos tanto em aspectos sociais quanto econômicos. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), 2008, a partir dos dados dos números de catadores, na área urbana, com mais de 14 anos de idade no Brasil já existia 64.813 pessoas trabalhando na catação.

A despeito do cenário que envolve os resíduos sólidos no Brasil os atores sociais participantes nesta cadeia é resumido da seguinte forma:

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas na coleta, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva (PINHEL et al, 2013, p. 19).

A atividade de catador de materiais recicláveis foi somente reconhecida no ano de 2002 pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), juntamente com o Ministério do Trabalho e Emprego, configurando-se como uma significativa conquista para categoria marco para luta de direitos, cidadania e inclusão social.

Conforme Chenna (2001, p. 22-27) expõe:

O catador foi eleito, foi reconhecido como um trabalhador de limpeza urbana, e, portanto, merece de nossa parte todo um investimento numa perspectiva de oferecer uma logística, ajudá-lo na estruturação de sua atividade. Não estamos fazendo nenhum favor para os catadores e eles não estão fazendo nenhum favor para a cidade: é uma relação de cidadania, de convivência social e de necessidade de busca de soluções alternativas.

Outros instrumentos legais além da Lei Federal 12.305/2010 já mencionada, incentivaram ações de inclusão socioeconômica para os catadores de materiais recicláveis listadas a seguir:

- Decreto Federal nº 7.404/2010 ressalta que a coleta seletiva de resíduos será priorizada para cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- Decreto 7.405/2010 que institui o programa Pró-catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo;
- Decreto 5.940/2006 que estabelece a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Diante dos anseios por reconhecimento das esferas que constituem a sociedade com a categoria, o apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que foi fundado a mais de anos 15 anos pôde constatar avanço no diálogo, estratégias e conquistas referentes às garantias dos direitos da categoria, apontando assim para um cenário de transformação das condições de trabalho e inserção social, transformando o cenário de organização dos catadores.

De acordo com o site do MNCR a valorização do trabalho exercido pelo catador é destacada como prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em

tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade (MNCR, 2008).

O trabalho exercido por estes trabalhadores na gestão dos resíduos sólidos por meio da coleta seletiva é imprescindível para fechar o ciclo de reaproveitamento dos materiais, contribuindo diretamente para o seu retorno e beneficiamento à cadeia produtiva por meio da reciclagem, que se enquadra em uma prática que além de possuir valor de mercado faz parte da ideia de sustentabilidade.

A coleta através do recolhimento nas fontes geradoras, acondicionamento, triagem por tipo de material, pesagem, prensagem e comercialização constituem as etapas que os catadores lidam diariamente seja no trabalho individual, isto é, na informalidade ou reunidos coletivamente ligados cooperativas ou associações, sendo este último foco deste trabalho.

Para Xavier e Corrêa o reaproveitamento (2012, p. 38) dos resíduos é destacado como:

Os resíduos antes indesejáveis passam, assim, a ser desejáveis e em volumes e quantidades viáveis para garantir o suprimento de matéria-prima residual para as cadeias que produzem a partir de resíduos. Há dessa forma agregação de valor aos produtos e materiais, antes inservíveis, que passam a ser disputados por catadores de resíduos nos mercados, alguns bastante concorridos.

Políticas de incentivos municipais para realização destas práticas de coleta são tidas como um critério que vem sendo observado ao longo dos anos, em conjunto com a de responsabilidade compartilhada, mesmo que, embrionariamente, se comparado à demanda de geração de resíduo produzida pela sociedade.

Nesse sentido, como afirma Jacobi (2006, p.11):

Desde 1989 multiplicam-se no Brasil as experiências de gestão compartilhada de resíduos sólidos através de programas municipais de coleta seletiva em parceria com catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas. Trata-se de experiências que devem ser valorizadas, apesar da sua pequena escala, porque geram benefício econômico (garantia de renda estável às famílias envolvidas); benefício ambiental (reciclagem de diversos materiais) e benefício social, pois esse trabalho proporciona possibilidades de integração social de pessoas que sempre foram marginalizadas.

Visto que o pressuposto da ideia de preservação ambiental está inserido na estratégia para o desenvolvimento sustentável, a importância do catador de materiais recicláveis à sociedade devem estar bem claras para obter um papel tão significativo quanto o que já foi determinado pelas políticas públicas.

3 A CONCEPÇÃO DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA COLETA SELETIVA: FORTALECIMENTO PELA AUTO-GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste capítulo será abordada a definição do modelo de organização associativa levando em consideração a sua configuração no trabalho dos catadores de materiais recicláveis por intermédio do sistema de coleta seletiva, de modo a esclarecer a respeito dos princípios fundamentais que o integra estimulados pela economia solidária.

De acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 em seu artigo 53 “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Isto é, no que diz respeito ao assunto esta é uma prática que inclui entidades sem fins lucrativos, cuja finalidade é apoiar e defender as relações internas que são construídas baseadas nas necessidades e interesses em comum, regida pela democracia e igualdade de direitos, podendo ser à base de diversos setores como o de resíduo sólido objeto de estudo deste trabalho.

Ainda na perspectiva da definição Veiga e Rech (2002, p.17) discriminam que elas são “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados”. Sua estrutura permite que as relações associativas estabelecidas promovam uma maior compreensão e conhecimento sobre a realidade dos catadores e administração interna a fim de avançar por meio da cooperação entre os membros constituintes consolidando os interesses em benefício da classe de trabalhadores da reciclagem.

Considerando o mesmo campo de discussão e reiterando os elementos sociais que alcança esta forma de organização para Pinhel et al (2013, p. 20) “as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classes”.

Em relação a sua origem Demajorovic (2004, p. 6) destaca que “a partir da década de 1990, surgem às primeiras iniciativas de formação de cooperativas/associações de catadores”. Revelando que não é recente o desejo de conquistar, por meio do trabalho, na área dos resíduos sólidos, a idealização de dignidade e melhores condições de vida desta categoria de trabalhadores, tendo em vista que esta forma de organização pode ser uma alternativa para sair do quadro de desemprego, maior capacidade de mobilização, tendo por vantagem trabalhar de forma coletiva, diminuindo as dificuldades enfrentadas no trabalho informal e

individual, agregando mais valor aos materiais coletados já que são recolhidos em maior quantidade.

A articulação dos catadores, mediante o associativismo, gera uma ampla discussão por estar diretamente ligado ao fortalecimento da identidade da classe, que por meio da convivência coletiva e troca de experiências constrói um ambiente de solidariedade, união e companheirismo.

Nestes espaços de relação social, não há figura de patrão gerenciando o trabalho, em vez disso sua gestão é realizada pelos próprios associados de forma democrática e direta onde todos estão na condição igualitária valorizando a autonomia dos membros com o propósito de garantir o fortalecimento do empreendimento, estimulados pelo desenvolvimento econômico e social através da economia solidária.

Com relação a sua relevância Frantz (2002, p. 25) ressalta que:

[...] potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas.

Caminhando contra a lógica do modelo econômico capitalista, que se baseia em obter lucro estimulado pelo consumo, tendo como detentor do poder as grandes empresas, à economia solidária tem como princípios uma forma diferente de padrão econômico colocando as próprias pessoas no centro da sua construção, tendo como aspecto essencial à autogestão, valorizando a questão da igualdade entre os membros como pressuposto de que todos intervêm da mesma forma na estruturação do sistema.

Desta forma Singer (2010, p. 9) considera que:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidaria em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade deveriam cooperar entre si em vez de competir.

Um empreendimento de economia solidária (EES) como no caso de algumas associações de catadores de materiais recicláveis, além de contar com a participação voluntária dos associados, possui um método de rateio que se configura como a divisão igualitária de todo o valor arrecadado entre os membros. Como o trabalho exercido ainda envolve um processo sem registro formal na carteira de trabalho, estes trabalhadores ganham

somente o que provém da coleta dos materiais recicláveis, tendo que ultrapassar jornadas extensas de trabalho para conseguir uma quantidade favorável de materiais.

Adams (2010, p.53) salienta que:

Não há assalariamento, e os trabalhadores geram, de maneira participativa e democrática, o empreendimento; trabalham coletivamente, e a remuneração se dá pelo critério do trabalho, com variações pouco significativas entre os associados; detêm ou controlam coletivamente os meios de produção (prédio/sala, máquinas/instrumentos tecnológicos, terras...), comercializam ou distribuem 34 coletivamente seu produto (ou serviço) no “mercado solidário” (redes de troca, de “comércio justo”, etc.) ou no mercado capitalista.

Outro aspecto relevante a ser considerado, é que o grupo formador do empreendimento possui a incumbência de eleger as lideranças que irão compor a diretoria. Onde, usualmente, são listados para votação chapas com os cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, secretário (a) e conselhos fiscais que, por meio de assembleia geral, previamente são comunicados sobre a eleição. É importante destacar que todos os associados têm o direito a participarem deste processo por meio do voto.

Portanto, é concebível inferir que o processo de associativismo tendo por base o incentivo à economia solidária, tem uma relevância social e econômica, para beneficiar os empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, possibilitando através da inclusão produtiva e sustentável da reciclagem uma maior capacidade de restabelecer a qualidade de vida e sustento destes indivíduos por meio do trabalho coletivo.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização do Local de Estudo

O presente estudo foi realizado na cidade de João Pessoa capital do estado da Paraíba, que conta com uma estimativa populacional de 800. 323 pessoas (IBGE, 2018) que se comparado ao último censo obteve um aumento de 76.808 habitantes. Como instrumento principal da pesquisa foi adotada a análise na Associação de catadores/as de materiais recicláveis denominada Acordo Verde.

O projeto Acordo Verde foi instituída no ano de 2007 através da parceria entre Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e a Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR). Com a proposta inicial de retirar as pessoas que trabalhavam com a catação no antigo lixão do Roger, fechado em 2003, como também catadores informais das comunidades próximas, para formarem grupos organizados dentro de galpões com finalidade de contribuir com a introdução de uma proposta relativa à coleta seletiva solidária na cidade de João Pessoa, promovendo uma rota mais sustentável para os resíduos sólidos urbanos.

O primeiro núcleo foi criado na Zona Sul da cidade, com sede inaugurada na Rua Manoel Roberto do Nascimento, s/n, localizado no bairro Jardim Cidade Universitária (Figura 2) atendendo a este bairro e os adjacentes como Mangabeira, José Américo, Anatólia e Castelo Branco. Este, conseguiu ampliar o apoio aos três núcleos de coleta seletiva já existentes localizadas nos bairros do Cabo Branco, Bairro dos Estados e Bessa.

Além de projeto ela se tornou uma Associação sem fins lucrativos de catadores/as de materiais recicláveis registrada em cartório que atualmente conta com um quadro de 10 associados ativos.

Figura 2 - Associação Acordo Verde Núcleo I



Fonte: Google Maps 2018.

Em 2010 outro galpão do Acordo Verde foi fundado, localizado na Rua Rosa Maria Barros Pordeus (figura 3), no bairro de Mangabeira IV como forma de estender a abrangência dos beneficiados com a ação, tendo como áreas de alcance os bairros de Mangabeira e José Américo, contando, atualmente com um número de 23 associados, totalizando um quadro de 33 associados nos dois núcleos.

No que se refere a sua organização interna, com objetivo de estabelecer as proposições do seu Estatuto Social a Associação Acordo Verde, composta pelos dois núcleos, realiza a cada dois anos uma eleição com todos os associados, a fim de compor os membros da nova diretoria e conselhos fiscais, onde os cargos se distribuem em: coordenador (a) geral, vice coordenador (a), 1º secretário(a), 2º secretário(a), tesoureiro (a), vice- tesoureiro(a) e 03 conselhos fiscais sendo registrado em cartório.

Figura 3 - Associação Acordo Verde Núcleo II



Fonte: Google Maps 2018.

Seu funcionamento, como associação é baseado em um modelo de cooperação entre três setores sociais, onde cada um possui uma incumbência. Contam com o apoio da EMLUR responsável pela gestão dos resíduos sólidos urbanos na capital paraibana, que disponibiliza para a Associação Acordo Verde, a logística e infraestrutura para seu funcionamento, como o espaço físico através do galpão, transporte por meio de caminhão com capacidade de recolher em torno de seis toneladas de resíduos recicláveis, fardamento, distribuição de equipamentos de proteção individual, maquinários, carrinhos manuais, e sacos plásticos para recolhimentos dos materiais sendo estes geridos pelo quadro de associados do empreendimento.

A população encarrega-se da separação apropriada dos resíduos secos e molhados em suas residências, e doação da parcela reciclável, que serão recolhidos porta a porta pelos catadores/as também designados como agentes ambientais, que, sobretudo orientam acerca da importância da separação adequada, como os tipos de materiais que são recolhidos e da importância da coleta seletiva e reciclagem para manter o meio ambiente equilibrado e sadio.

Posteriormente através do acondicionamento, os resíduos coletados passarão pelo processo de triagem, prensagem, enfardamento no galpão para em seguida serem conduzidos para a comercialização a atravessadores, colaborando para o retorno de materiais como papel, plástico, vidro, metais ao ciclo produtivo gerando emprego e renda aos catadores/as.

A associação Acordo Verde também serviu de apoio para o funcionamento de mais um projeto intitulado Limpinho 3R (reduzir, reutilizar e reciclar) desenvolvido pela EMLUR em 2013, tendo como objetivo ampliar o programa de coleta seletiva solidária, através do plano de ações para uma cidade mais sustentável cuja intenção era promover a educação ambiental através do estímulo a prática da coleta seletiva por meio da inclusão da sociedade, convertendo a acumulação de pontos em cartão cadastrado em troca de serviços.

4.2 Delimitações da Pesquisa Científica

O contexto desta pesquisa científica está inserido no âmbito socioambiental buscando fazer uma inter-relação entre ciência e realidade. Quanto ao procedimento enquadra-se como um estudo de caso. Laville (1999, p. 155) estabelece que “tal investigação permitirá inicialmente fornecer explicações do que tange diretamente ao caso considerado e elementos que lhe marcam o contexto”.

Quanto à sua abordagem, é caracterizada como qualitativa, pois permite uma relação contínua e direta com o objeto de estudo concebendo uma maior compreensão a respeito do universo em que estão inseridos.

[...] os dados qualitativos são essencialmente significativos, mas, mais do que isso, mostram grande diversidade. Eles não incluem contagens e medidas, mas sim praticamente qualquer forma de comunicação humana – escrita, auditiva ou visual; por comportamento, simbolismos ou artefatos culturais. (GIBBS, G. 2009, p.17)

Complementando estes aspectos, Godoy (1995, p.58) assevera que a pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada”. Nesses termos, foi escolhida a observação participante e a entrevista semiestruturada aberta como instrumentos para compor a técnica de coleta dos dados em campo.

De acordo com Angrosino (2009, p. 78) a dinâmica da observação participante é entendida como “a observação raramente envolve um ato isolado. Em vez disso, ela consiste numa série de passos que vão em direção à regularidade e precisão inerentes à nossa definição de trabalho”. Neste tipo de estudo é possível intensificar o relacionamento com os personagens envolvidos a partir da análise diária de sua vivência, de modo a esclarecer os fatos mais relevantes à pesquisa.

4.3 Procedimento de Coleta de Dados

No que diz respeito aos procedimentos utilizados para a sua elaboração está à revisão de literatura, com a finalidade de obter um maior embasamento das bibliografias a respeito das temáticas que foram mencionados durante o trabalho levando em consideração - o conceito e classificação dos resíduos sólidos urbanos, a problemática gerada por eles, uma breve análise sobre os resíduos sólidos: do nível nacional para o local, a importância do catador de materiais recicláveis na sociedade de consumo, e a concepção do trabalho associativo na coleta seletiva fortalecidos pela autogestão da economia solidária. A partir da escolha destes pontos foi possível delinear o assunto do macro para o micro chegando aos atores principais que lidam com os RSU diariamente.

A escolha da Associação Acordo Verde em particular, foi devido ao meu encontro e vivência com o objeto de estudo em projetos de estágio, pesquisa, extensão e como educadora dos próprios associados. E também porque esta possui um sistema de trabalho diferente das demais, sendo considerado um modelo de associação que executa a economia solidária com método de trabalho através da partilha (rateio) igualmente entre os membros associados, além de possuir os princípios que envolvem o associativismo como: autogestão, democracia, igualdade entre os membros, independência, participação direta, aderência voluntária.

Subsequente, decorreu uma imersão em campo com participação frequente e *in loco* nos dois empreendimentos para entender o trabalho e importância dos catadores de materiais recicláveis, a sua rotina diária, as demandas da associação Acordo Verde e o sistema de funcionamento interno.

A partir da observação diária e descrição dos elementos importantes para a pesquisa no diário de campo foi escolhido como instrumento de coleta de dados às perguntas que serviram como apoio a fim de compor o formulário, com (13) questões que se dividem em levantamento do perfil socioeconômico do (a) informante para traçar relações entre as respostas gerais e essas categorias básicas (sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, número de filhos (as), renda), levantamento sobre a concepção associativa localizados no (apêndice B), sendo construído juntamente com o termo de consentimento livre e esclarecido que se encontra no (apêndice A) que tem a intenção de preservar a identidade do entrevistado.

A aplicação do formulário foi conduzida dentro dos empreendimentos com horários previamente estabelecidos, sendo utilizada como recurso a gravação de áudio para

compreensão dos elementos que a compõe e análise dos resultados, onde todos os procedimentos foram realizados entre o mês de julho a novembro de 2018.

A escolha da amostra em doze pessoas foi feita baseada em personagens-chave que compunham o quadro de associados do empreendimento. Onde foram baseados critérios como:

- Catadora do sexo feminino mais antiga na associação Acordo Verde;
- Catador do sexo masculino mais antigo na associação Acordo Verde;
- O mais velho em idade a trabalhar na associação Acordo Verde;
- A catadora de maior representatividade nas questões burocráticas, de diálogo, discussões políticas dentro da associação Acordo Verde;
- Antigo presidente que compôs a diretoria da Associação Acordo Verde;
- A presidente atual;
- A vice-presidente atual;
- A catadora que já teve a experiência de trabalhar no lixão e hoje está inserida em uma associação de catadores;
- Catador(a) que possui laços familiares dentro da associação;
- Catador que possui relações afetivas com catadora da Associação Verde;
- Catadora que possui relações afetivas com catador da Associação Verde;
- Catador que já trabalhou nos dois galpões da Associação Acordo Verde;

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo foi delimitado em duas subseções levando em consideração o perfil socioeconômico dos catadores (as) materiais recicláveis da Associação Acordo Verde, que por meio do formulário com perguntas direcionadas desempenhando o papel de instrumento de coleta de dados, mencionado anteriormente na metodologia, foram gerados gráficos sendo analisados para obter um diagnóstico mais preciso contribuindo para uma análise satisfatória. Assim como a análise a dimensão associativa, por meio de relatos dos catadores(as) dando um embasamento real da percepção de cada um a respeito dos assuntos abordados. É importante ressaltar que, ao longo das entrevistas vários fatores cotidianos foram abordados pelos próprios catadores(as) que servirão como elementos imprescindíveis para compreender as questões levantadas ao longo da pesquisa.

5.1 Perfil Socioeconômico dos Catadores (as) da Associação Acordo Verde

Para tratar primeiramente sobre a descrição do gênero sexual da amostra escolhida com personagens-chave da pesquisa foi traçado o (gráfico 3), sendo observado que há uma maior quantidade de mulheres participando dos critérios estabelecidos para escolha dos entrevistados. Com relação a esta questão, é possível afirmar que o quadro de associados existente, que compõe este empreendimento, é formado, na maioria por pessoas do sexo feminino, onde não só estão inseridas no ciclo de trabalho envolvendo a coleta, triagem e venda de material, mas também em cargos da diretoria contribuindo para reivindicar e deliberar questões burocráticas que envolvem a associação.

Figura 4 – Catadora realizando a triagem do material reciclado no galpão I da Associação Acordo Verde

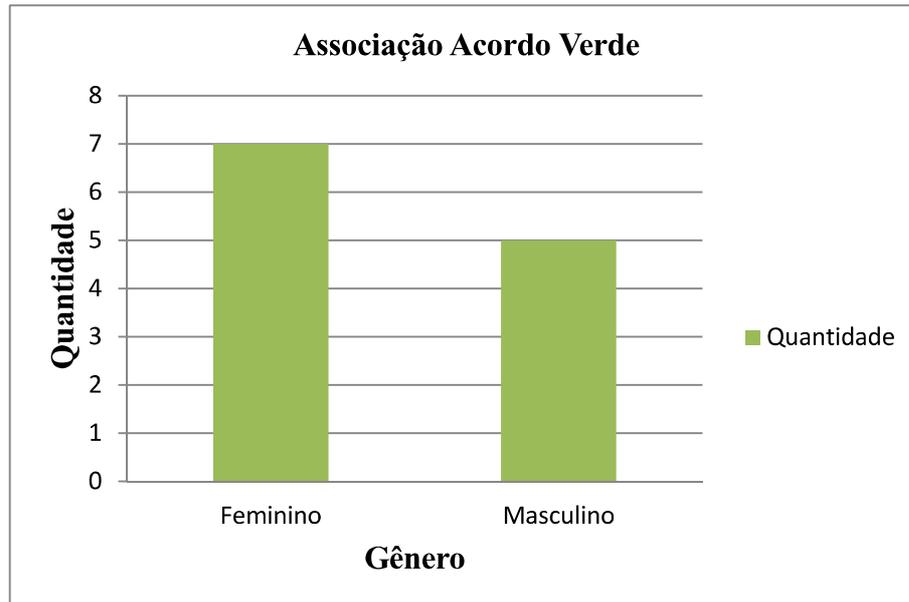


Fonte: Autora, 2017.

A participação das mulheres na catação de materiais recicláveis com intuito de garantir uma fonte de renda mensal é considerada um fator importante, já que muitas delas dependem desse aspecto financeiro para sustentar suas famílias.

O empoderamento feminino é uma particularidade que foi construída paulatinamente na Associação Acordo Verde, onde as próprias catadoras atualmente relatam em reuniões coletivas com os companheiros(as) “o quanto aprenderam a discutir sobre as dificuldades da associação e dos catadores”. Isso deve-se também a participação delas em projetos que visam à capacitação e formação política proporcionando conhecimento para melhorias no trabalho, como é possível citar a parceria da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) com a categoria de catadores(as) de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa, que por meio de projetos de pesquisa e extensão mantém contato direto com a classe proporcionando uma considerável melhoria no que se refere na sua condição de vida e trabalho.

Gráfico 3- Gênero sexual dos catadores/as da Associação Acordo Verde

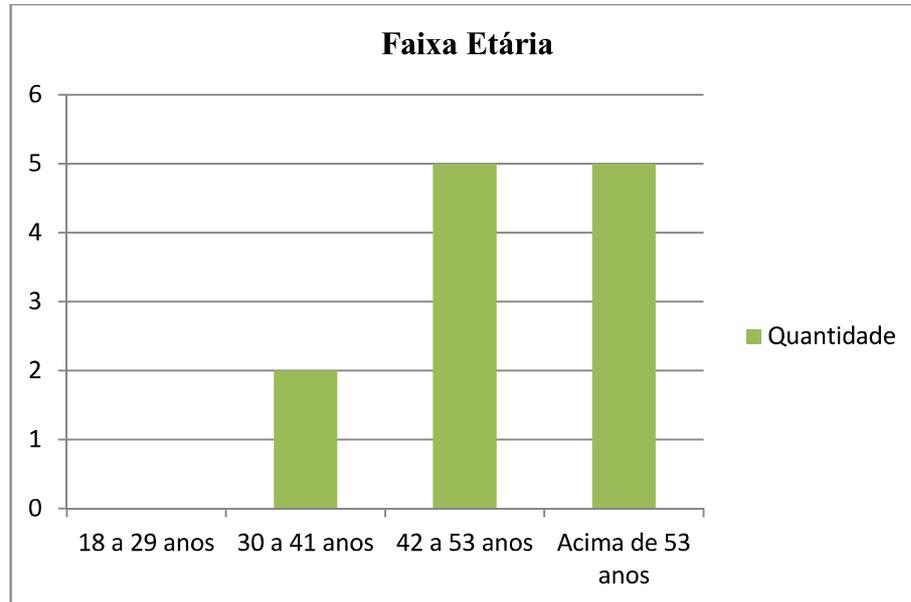


Fonte: Autora, 2018.

Sobre a faixa etária exposto no (gráfico 4), existe uma quantidade superior de entrevistados adultos acima de 42 anos devido as especificações estabelecidas. No qual o número mais expressivo está entre as faixas de 42 a 53 anos e acima de 53 anos de idade, onde neste último somente dois catadores são idosos com idade superior a 60 anos. Compreender a constituição etária dos membros associação é relevante, exatamente, por traçar a composição entre a variedade da média dos membros assim como o que os levam a permanecer trabalhando dentro da atividade em questão.

Nesta abordagem, como há o predomínio de adultos acima de 40 anos trabalhando, reflete a condição de que estes, em específico, trabalham há mais de cinco anos neste empreendimento. Neste gráfico, não existe catadores (as) que representem as faixas entre 18 e 29 anos devido à especificidade da pesquisa, porém no galpão II localizado em mangabeira IV encontra-se o maior número de associados neste requisito se comparado ao galpão localizado no bairro Jardim Cidade Universitária.

Gráfico 4 – Faixa etária dos catadores/as da Associação Acordo Verde

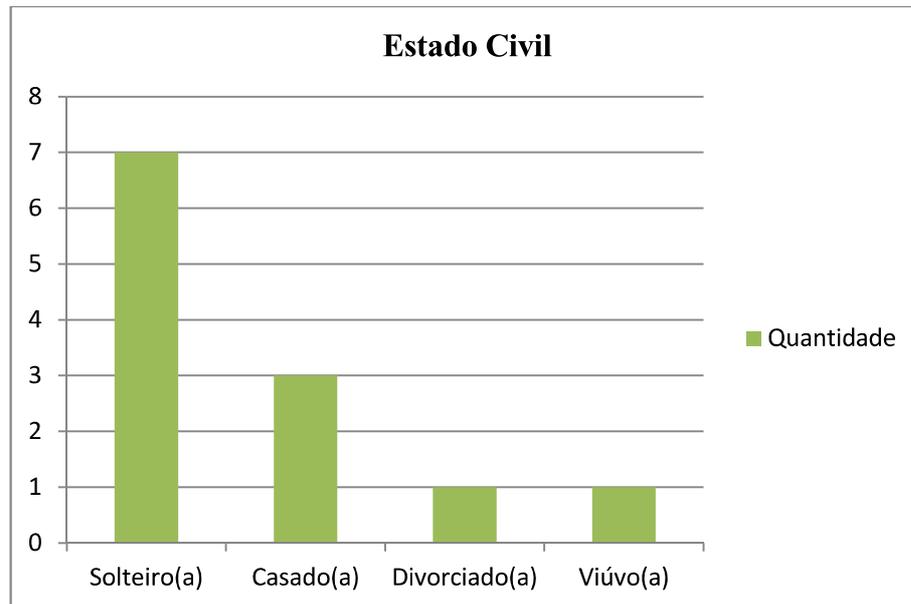


Fonte: Autora, 2018.

Em relação ao estado civil, apesar dos resultados estarem diversificados foi verificado o prevalectimento de entrevistados solteiros (as) no empreendimento. Alguns afirmaram serem casados (as), porém como não há nenhum registro formal em cartório, como no caso da ocorrência de dois membros associados de um mesmo galpão. Havendo somente um que se auto declarou divorciada e uma viúva.

Este parâmetro de avaliação denota várias interfaces que da vida pessoal do catador (a), relacionando-se a própria questão social e financeira que vive, onde muitas vezes a mulher catadora que não tem mais um companheiro para auxiliar nas despesas passa a ser provedora do lar, outra situação mencionada durante as entrevistas é que muitas vezes para conseguir manter a casa é preciso trabalhar nos finais de semana fazendo “extras” para suprir as necessidades diárias.

Gráfico 5 – Estado Civil dos catadores/as da Associação Acordo Verde



Fonte: Autora, 2018.

A questão do nível de escolaridade mostrado no (gráfico 7), é avaliada como uma variável altamente significativa, pois é através dela que reflete aspectos sociais relacionados ao cotidiano dos catadores(as), seja dentro da associação ou em contato com a população. Diante do exposto é possível afirmar que há uma heterogeneidade nos dados, porém prevalece o número de entrevistados com o nível fundamental incompleto, e somente uma pessoa conseguiu concluir o ensino médio.

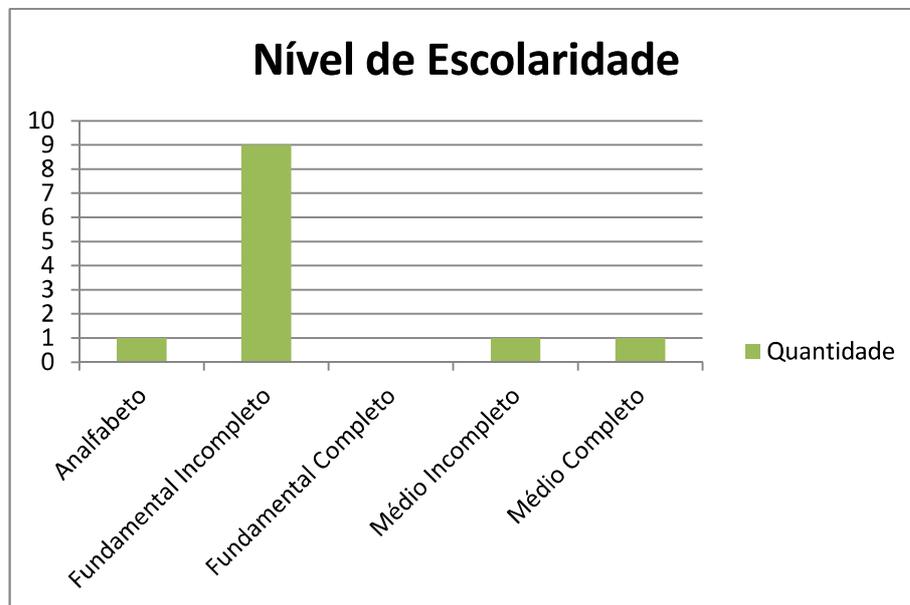
Um fator preponderante para este resultado é que trabalhar desde cedo em empregos informais para sustentar a si próprio ou em despesas de casa refletiu diretamente o abandono dos estudos, resultando em dificuldades para conseguir posteriormente se inserir no quadro de empregos formais, como mencionado por muitos seja em conversas descontraídas ou em momentos da própria entrevista.

A maioria deles por não concluírem o ensino básico apresentam uma significativa dificuldade em questões de leitura, escrita, interpretação e cálculo. Porém, foi através da iniciativa do projeto da UEPB intitulado Mobilização, inclusão e formação de catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa: uma experiência necessária, em parceria com o projeto Educação Construindo Cidadania, que os catadores tiveram a oportunidade de

aperfeiçoar a linguagem, matemática e senso crítico relacionado a assuntos atuais, tornando uma experiência relevante para sua formação.

Com aulas diárias no horário pré-estabelecido acompanhado por uma educadora, os catadores que trabalham no galpão I localizado no bairro Jardim Cidade Universitária puderam aprender valores essenciais como escrever o próprio nome, fazer operações matemáticas para venda de materiais coletados, ler pequenos textos e discutir em roda de conversa sobre o que era exposto, resolver situações problema do seu próprio dia a dia, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Gráfico 6 – Nível de escolaridade dos catadores/as da Associação Acordo Verde



Fonte: Autora, 2018.

Figura 5 – Aula com catadores no galpão I da Associação Acordo Verde

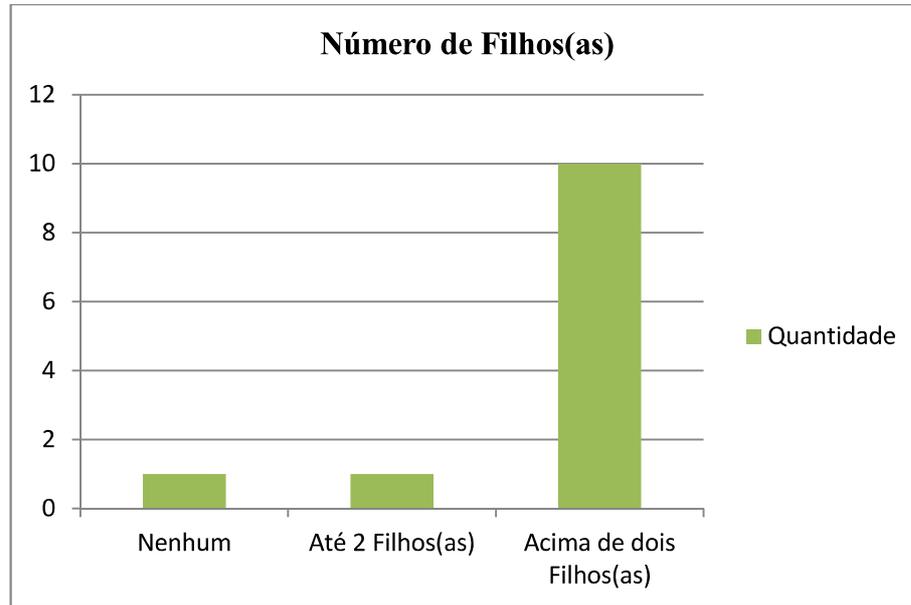


Fonte: Autora, 2017.

No que tange a quantidade de filhos (as), foi constatado que 10 entrevistados têm acima de dois filhos, onde somente um tem dois filhos e um não possui nenhum. Muitos dos associados que compõem os dois grupos, em conversas informais, declararam que por ter filhos possuem benefícios do governo, como Bolsa Família, que ajudam nas despesas domésticas, tornando-se um auxílio mensal, já que o ganho no final do mês proveniente da venda de materiais na associação é pouco para suprir todas as demandas do lar.

Sendo assim, tal realidade vivenciada por estes trabalhadores, apesar de ser importante tanto para a esfera social quanto ambiental, é ao mesmo tempo laborioso, não garantindo o ganho de um valor fixo para a categoria no final do mês.

Gráfico 7 – Número de filhos (as) dos catadores/as da Associação Acordo Verde

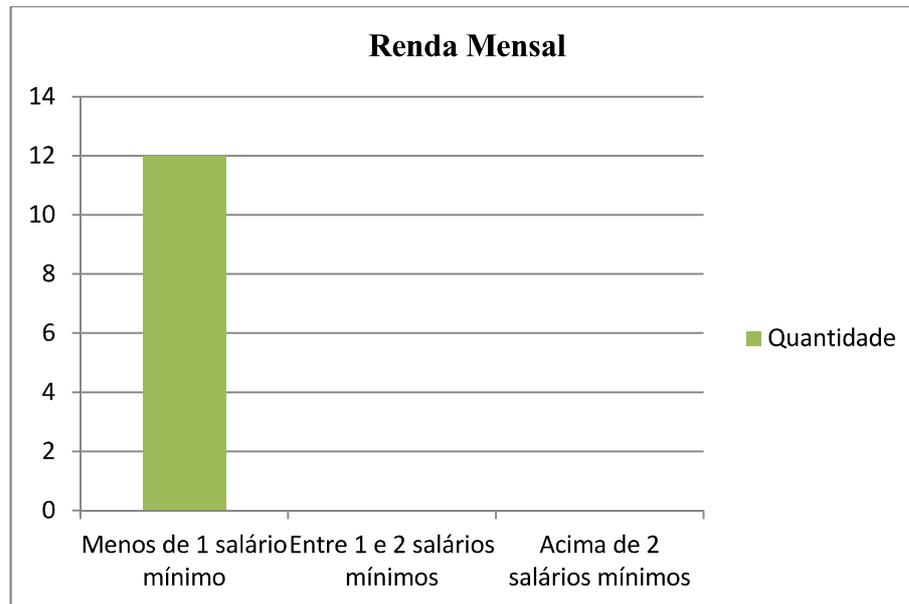


Fonte: Autora 2018.

Para os entrevistados inseridos nesta associação em particular, a análise da renda mensal proveniente da comercialização dos reciclados ilustrada no (gráfico 8), revela predominantemente, que nenhum catador(a) da amostra consegue ganhar valores que alcancem um salário mínimo, durante sua jornada de trabalho, havendo diferenças consideráveis entre a quantidade de ganho individual nos dois galpões. Durante a entrevista houve narrativa de uma entrevistada que destacou “a sociedade em si acha que a gente ganha um salário”, devido à associação Acordo Verde ser um projeto advindo da EMLUR, porém não faz parte da realidade deste empreendimento.

É importante evidenciar que a questão dos valores arrecadados mensalmente e rateados entre os membros associados, está intimamente ligada ao volume de materiais coletados, que, por conseguinte é influenciada por diversos fatores relatados pelos entrevistados como: o fato de mais pessoas trabalharem na catação seja formal ou informal resultando em uma maior concorrência sobre o material, a falta de recursos básicos como o próprio saco plástico disponibilizado pela EMLUR para coleta porta a porta, a dificuldade de firmar parcerias para doação de materiais devido a questões transitórias de logística.

Gráfico 8 – Renda Mensal dos catadores/as da Associação Acordo Verde



Fonte: Autora, 2018.

5.2 Análise da Concepção Associativa

Quando indagados sobre “o que você entende por Associação?” (100%) dos entrevistados desta pesquisa, responderam aspectos que abrangiam à concepção associativa, conforme abordado na seção 3. Cada um com seu conhecimento individual destacaram elementos como: coletividade, participação, união, companheirismo, luta pelos mesmos direitos e rateio da quantia arrecadada pela comercialização de materiais como mostram as falas a seguir:

A gente trabalhar em prol de todo mundo, sem ter individualidade, tudo que a gente pegar tem que ser pra todo mundo. Eu acho que a associação é pra ser na coletividade. Tem que ter organização, ordem, vontade de trabalhar e transparência no que faz. (Entrevistada 1).

Associação pra mim é como a gente é aqui né, tem que ter união, cada um poder dar uma opinião no que for melhor pra tudinho. A divisão por igual né que tem, companheirismo, aqui a gente somos como uma família, as vezes a gente arenga mais depois tá conversando normal, eu mesmo considero como uma família, eu passo mais tempo aqui do que em casa. (Entrevistada 3).

Revelando que há uma compreensão dos entrevistados (as) a respeito da sua própria constituição como empreendimento social, pode-se inferir que este contexto de entendimento deu-se entre outros aspectos pelo comprometimento entre a instituição pública de ensino com

a categoria de catadores mediante a presença assídua dos seus representantes em palestras e capacitações sobre economia solidária, cooperativismo versus associativismo e autogestão, consolidados através da articulação, embasamento teórico e prático de oficinas de formação política com profissionais habilitados.

Em conversas informais com alguns catadores, várias vezes foram mencionados relatos do quanto antigamente eles eram invisíveis, que não podiam se expressar por não conhecerem a respeito dos seus direitos “teve uma época aqui que a gente não tinha noção do que entrava do que saía, de produtividade, de preço, você engolia o cumer e nem tinha direito ao descanso do almoço, ia logo trabalhar” (Entrevistada 1). Isso mostra a importância do contato entre as diversas esferas sociais para promover e fomentar o conhecimento daqueles que lidam diretamente com a gestão dos resíduos sólidos colaborando para sua independência.

Questionados sobre “o que levou você a participar de uma associação?”, todas as respostas dos 12 entrevistados giraram em torno da falta de emprego. As exigências do mercado de trabalho formal quanto ao nível de escolaridade e experiência nas funções, é uma realidade que se torna um obstáculo enfrentado pelos catadores de materiais recicláveis, tendo em vista a falta de conclusão dos estudos devido à necessidade de exercitar atividades laborais desde cedo para ajudar financeiramente a estrutura familiar.

A trajetória de trabalho dos entrevistados antes de se inserirem neste empreendimento foram as mais diversas áreas, onde (80%) informaram ter trabalhado em “bicos” como, por exemplo: servente de pedreiro, descarregador de frutas e verduras, vigia, serviços gerais em casa de família, dentre outros e (20%) informaram que desde muito cedo trabalhavam como catadores individuais.

É importante destacar que a porcentagem que teve vínculos empregatícios informais em outras ocupações quando desempregados foram convidados a associar-se através de indicação de colegas que já estavam trabalhando no empreendimento Acordo Verde, já os que tinham experiência na catação viram a oportunidade de obter um ganho financeiro maior, devido à possibilidade das associações arrecadarem quantidades consideráveis de materiais, destacados nos discurso “a minha vizinha me chamou e eu vim, ela trabalhava na coleta. Antes trabalhava como servente, vigia, quando eu saí do serviço com dois meses vim trabalhar aqui, é um serviço que gosto de fazer”. (Entrevistado 4).

Em outro momento da entrevista um entrevistado também afirmou ter esta experiência de ser convidado por um membro que já estava inserida na associação:

Eu vim por mim mesmo, nesse tempo eu *tava* parado. Ai teve uma amiga que me disse: tá pegando gente na reciclagem vai lá [...] Ai nesse tempo vim pra cá e estou ate hoje aqui. Passei mais de dois anos desempregado. Fazia bico, massa pra pedreiro. (Entrevistado 5).

A respeito da experiência com a reciclagem houve relatos em específico de uma entrevistada que trabalhou em um lixão e contou a respeito das diferenças entre está naquele local e trabalhar dentro de uma associação.

Eu já trabalhei em tanto serviço, já trabalhei no lixão, no interior Serra de Cuité. Fiquei lá 2 anos. O trabalho lá era muito ruim, lá tem muita seboseira, muito bicho morto, o povo queima o lixo aí fica aquela fumaceira. É gente que vinha de outra cidade pra lá também, aí era pouco lixo pra muita gente. Lá tinha lixo de hospital, vaca morta, burro, muita coisa feia. Aí eu vim embora pra cá pra João Pessoa ai arrumei trabalho na associação. Tinha duas vizinhas minhas que trabalhava aqui que me chamaram, aí eu vim e deixaram eu ficar”. (Entrevistada 3).

Com relação ao tempo de trabalho nenhum entrevistado (a) incluído na pesquisa está no empreendimento a menos de 5 anos. A escolha de critérios bem definidos para a amostra favoreceu obter informações mais consistentes a respeito da constituição histórica e organizacional da associação, assim como o relato de experiência com catadores que estão inseridos há mais tempo.

A respeito da pergunta “trabalhar em uma Associação traz benefícios e avanços para a vida do catador/a?” (100%) deles responderam positivamente, porém com algumas ressalvas destacando que somente nos últimos anos houve propostas de participação para melhorar algumas condições de trabalho e conseqüentemente de vida dos catadores (as).

Com relação aos benefícios propriamente ditos destacaram que estar em um espaço físico favorece certo nível reconhecimento da população quanto ao seu trabalho, como mencionado por um dos entrevistados “o bom é que hoje em dia a gente entra na porta da frente, sai na porta da cozinha. A população já tem confiança na gente.” (Entrevistado 6). Mesmo que ainda sejam necessários avanços profundos, no que tange a sensibilização da sociedade a respeito da separação e destinação adequada dos resíduos e conseqüentemente a importância do retorno deles a cadeia produtiva, favorecendo a conservação ambiental, é possível considerar que se comparado a outros momentos na história a preocupação com a preservação e saúde do planeta está em maior evidência.

Ainda com relação à estrutura também houve narrativas que este é um fator de proteção contra elementos externos como sol e chuva, indicando que aqueles que trabalharam de forma itinerante nas ruas coletando material acham importante estar abrigados, onde suas experiências eram de caminhar por longas distâncias durante o dia ou à noite, precisando empurrar carrinhos manuais com cargas pesadas correndo risco de vida no trânsito. “eu acho que é, visse! É bom porque a gente trabalha aqui, cata bem, vai pra rua, só na rua gente leva muito sol, e aqui não leva, aqui tô com meus amigos”. (Entrevistado 8).

Confrontado com a realidade vivida pelas pessoas que ainda dependem dos lixões para sobreviver, competindo diuturnamente pelo material em situações de precariedade e risco, estar em uma associação é uma oportunidade de sair da margem de extrema vulnerabilidade.

Na associação é melhor porque vai pra rua tudo junto, e a maioria do tempo à gente fica mais dentro da associação né, vai pra rua também pegar né, mais não é tanto como no lixão, no lixão quando chega um carro você tem que correr com um gancho na mão já pra ir pegando de cima do carro, e aqui não a gente pega nas casas, traz pra associação, se senta pra separar a reciclagem. (Entrevistada 3)

Sobre o que mudou na vida deles ao participarem da Associação Acordo Verde foram relatadas questões como moradia, renda e condições de trabalho. Com referência a estas mudanças a frase de uma entrevistada oferece uma boa síntese: “depois que eu vim pra cá melhorou o termo de sobrevivência”. (Entrevistada 10).

Com relação à moradia (80%) deles não tinham casa própria morando com familiares ou construindo suas residências em invasões irregulares, onde só recentemente alguns conseguiram seus lares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Foi ressaltado neste momento também questões de ganho financeiro, se comparado aos primeiros anos de fundação da associação o galpão I elevou sua arrecadação mensal ficando em torno de R\$ 500,00 reais, já o galpão II se encontra em valores em torno de R\$ 250,00 reais, essa diferença pode estar relacionada à quantidade de associados em cada galpão, já que o primeiro só possui 10 associados e o segundo 23. Assim como, a quantidade recolhida nas rotas resultando em pouco material reciclável para o número de pessoas trabalhando no local, confirmada pela fala “pelo uma parte não tá muito melhor ainda porque o material que tá vindo tá muito pouco...” (Entrevistada 12).

Em relação às condições de trabalho, foi constatado que os catadores recebem equipamentos de proteção individual (EPI's) pela EMLUR e também receberam doações do projeto da UEPB intitulado Mobilização, Inclusão e Formação de Catadores/as de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa: uma experiência, para manuseio dos materiais coletados de forma correta priorizando a saúde e segurança dos mesmos, relatadas na fala “aqui meu trabalho melhorou, porque aqui a gente trabalha com a luva, a máscara, a farda, a bota.”(Entrevistado11).

Porém ainda existem várias necessidades que precisam ser supridas com relação ao suporte dado pela EMLUR, como foram relatados pelos próprios catadores problemas com relação à segurança dos locais, iluminação, maquinário dentre outros.

A gente não tem carro pra ir pra casa, o material de limpeza esses negócio a gente que compra, tem hora que a máquina tá quebrada a gente mesmo que ajeita, o portão da gente tá quebrado, a gente luta por a gente mesmo, porque se fosse gente que queria correr, a gente não desisti fica até o final. (Entrevistado 4).

Ainda com relação às dificuldades enfrentadas pelos grupos, quando questionados todos os catadores manifestaram o tempo que ficaram sem receber os sacos plásticos disponibilizados pela EMLUR para receber os resíduos da população, provenientes da coleta porta a porta, confirmados pela fala do catador “a falta dos saquinhos que a gente entregava no começo, até agora nada, hoje em dia os pessoal ainda muito pergunta, a pessoa responde o que vai chegar mas não sei quando”. (Entrevistado 2).

A insatisfação deles a respeito da falta deste recurso é justamente porque muitas pessoas deixaram de doar o material, e esta redução impacta exatamente na vida de cada um, já que não possuem salário fixo.

Tem gente na rua que não entende, tem umas casas que a gente derrama dentro do carro e entrega o saco a mulher, tem umas que não entende o lado da gente fica perguntando pelo saco. Ontem, rapaz, disse ontem mesmo: “mas rapaz eu estou gastando dinheiro só dando saco pra vocês? Eu disse: Se o senhor quiser juntar eu agradeço muito, agora se você não juntar eu não posso fazer nada, eu sei que minha parte estou fazendo que é vindo pegar material e fazendo a limpeza do mundo! (Entrevistado 4).

Nesse sentido, é de extrema importância à sinergia entre órgãos públicos e estes trabalhadores, tendo em vista que a incumbência sobre o gerenciamento adequado dos resíduos é uma responsabilidade compartilhada. De acordo com Lima (2015, p. 31) “o grau de

organização dos empreendimentos é muito distinto e depende muito do apoio de órgãos externos”.

Quando questionados sobre a importância da Associação Acordo Verde as respostas foram unânimes acerca do que trata o seu papel relacionado ao meio ambiente, desta forma é possível afirmar que todos possuem níveis de percepção sobre o valor do seu trabalho associativo relacionado à natureza. Contudo (90%) dos entrevistados(as) enfatizaram sobre algumas esferas da sociedade não os reconhecerem como trabalhadores que exercem papel tanto social quanto ambiental. Conforme as falas a seguir:

Nós faz a limpeza do meio ambiente, sei lá eu mesmo me sinto importante com minha farda, tem muita gente que não dá valor que chama a gente de lixeira diz as coisas com a gente na rua, mais eu ligo não eu tou fazendo o meu trabalho, eu acho que é um trabalho honestamente, é digno que nem os outros. (Entrevistada 3).

É importante porque faz a limpeza, não fica lixo 100 anos 300 anos embaixo da terra, a gente faz a limpeza agora tem gente que não entende tem que ter paciência um pouquinho. A gente deixa tudo limpo, agora tem gente que não entende, a gente chama material, mais tem gente que chama lixo, esses pessoal não entende o que é material, eles chama lixo”. (Entrevistada 6).

No que refere à pergunta “você recebem algum incentivo da Prefeitura de João Pessoa por meio da EMLUR?” (70%) dos entrevistados tinham clareza dos recursos disponibilizados como caminhão, motorista, galpão, almoço, fardamento, EPI’s. Como relata um membro da associação “o que a Emlur dá é o almoço, as fardas, o caminhão , junto com o motorista, paga o gasolina, paga a água e energia não tem mais nenhum apoio”. (Entrevistado 3).

Os (30%) restantes citaram apenas alguns itens. Ao longo deste momento da entrevista alguns catadores mencionaram vários suprimentos que recebiam no início do projeto Acordo Verde que foram cortados pela EMLUR, como material de limpeza, café da manhã, vigilante, fiscal. Como mostra o relato “até agora graças a Deus é o caminhão, almoço. No começo tinha o café da manhã mais foi cortado. Entrega umas fardas(...) (Entrevistado 11).

Narrativa confirmada pela entrevista abaixo:

Aqui quando a gente entrou tinha material de limpeza, tinha água sanitária, tinha um sabão em pedra, tinha sabão em pó, detergente, vinha o café da manhã, vinha uma batata, vinha um inhame no café da manhã, ai foram

tirando, tiraram material de limpeza, os vigilante, os fiscal... (Entrevistada 1).

No decorrer dos levantamentos realizados nesta pesquisa foram observadas carências de um maior acompanhamento das esferas públicas em projetos desse porte, voltados para gestão dos resíduos sólidos em João Pessoa, tendo em vista a demanda da sua geração no perímetro urbano e a necessidade de destinação e tratamento adequados.

A cidade não conta mais com o Lixão do Róger extinto em 2003, mas, possui um aterro sanitário com mais de 200 catadores (as) trabalhando de forma coletiva, e algumas associações de catadores que, como o Acordo Verde que lidam com o resíduo sólido por meio da reciclagem todos os dias. Por isso, a necessidade de incentivo constante a categoria oferecendo suporte estrutural e logístico para propiciar melhores condições de vida, cidadania e trabalho para estes trabalhadores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das particularidades inerentes ao trabalho do catador de materiais recicláveis, este estudo se concentrou em investigar e avaliar o quanto os membros escolhidos da Associação Acordo Verde compreendem o universo associativo em que estão inseridos. Sendo necessária como observadora e pesquisadora, participar intensamente do cotidiano dentro do empreendimento para obter uma visão abrangente e precisa sobre os aspectos relacionados a este contexto.

A estrutura do modelo associativo aliado à coleta seletiva apresenta-se como uma possibilidade de defender os interesses comuns, através do fortalecimento desta categoria de trabalhadores exercitando a igualdade e democracia buscando melhores condições de vida, trabalho e renda.

Ficou evidente ao longo da pesquisa e da própria imersão em campo que os participantes-chave entrevistados entendiam de acordo com seu conhecimento individual a respeito da organização associativa do seu trabalho, sendo possível afirmar por meio de constatação *in loco* que este empreendimento se enquadra na economia solidária, já que pratica cotidianamente o rateio, auto-gestão e garante a participação coletiva.

O acesso à informação e capacitação dos dois grupos por meio de contato direto com instituições públicas de ensino, como mencionados nos resultados, permitiu o aperfeiçoamento da sua argumentação, onde através dos diálogos pôde perceber que muitos catadores (as) relatavam de forma incisiva suas conquistas e dificuldades ao longo da criação da Associação Acordo Verde idealizado pela Prefeitura de João Pessoa por meio da EMLUR.

Sendo ressaltado em momentos pontuais que o poder público deveria garantir condições mais adequadas para favorecer o seu trabalho, assim como, reconhecê-los como agentes ambientais. Já que, esta categoria de trabalhadores contribui significativamente para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, fazendo com que os materiais que não possuem mais valor para a sociedade retorne a cadeia produtiva diminuindo os impactos ambientais. Sendo constatado também que o município descumpra a Lei 12.305 quando trata da remuneração dos catadores/as pelos serviços ambientais que realizam.

Outra verificação é que estes entrevistados sabem a respeito da importância desta associação para sociedade e para o meio ambiente, evidenciando que o trabalho coletivo serve como um canal de cooperação para gestão interna e conhecimento contínuo.

A pesquisa revelou também por meio da configuração do exercício das suas atividades, que os entrevistados se inseriram neste empreendimento para sair do quadro de desemprego. Vendo nela estratégias de melhoria para obter quantidades maiores de materiais para comercialização culminando em uma maior rentabilidade.

Portanto, diante do conjunto de relatos é possível afirmar que os envolvidos nesta pesquisa possuem uma concepção a respeito do associativismo, que permitiu ao longo da trajetória do empreendimento consolidar reflexões sobre cidadania, direitos e deveres, favorecendo seus conhecimentos internos para atingir um grau de organização gradativo.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. 2018.

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular Solidária: Mediações Pedagógicas do Trabalho Associado**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 10004: Resíduos Sólidos – Classificação. 2ª edição. 2004. Disponível em <http://www.suape.pe.gov.br/images/publicacoes/normas/ABNT_NBR_n_10004_2004.pdf> Acesso em: 09 mai. 2018.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: Associação brasileira de empresas públicas e resíduos especiais, 2017**. Disponível em: <https://belasites.com.br/clientes/abrelpe/site/wpcontent/uploads/2018/09/SITE_grappa_pano_ramaAbrelpe_ago_v4.pdf>. Acessado em: 04 de ago. 2018.

Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR). **Coleta de lixo domiciliar em 2016 deve chegar a 254 mil toneladas**. João Pessoa. 2016. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/coleta-de-lixo-domiciliar-em-2016-deve-chegar-a-254-mil-toneladas/>>. Acesso em: 16 de ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010**. Regulamenta a Lei Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartáveis pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 18 de ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.** Dispõe sobre o Panorama de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>> Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_225_.shtm> acesso em: 22 de jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o código civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 12 de ago.2018.

CHENNA, Sinara I. M. *Lixo: gestão integrada e compartilhada – manejo diferenciado. Seminário lixo e cidadania: região do grande ABC: consórcio intermunicipal do grande ABC*, 2001. P. 22-27

CONDESSO, Fernando dos Reis. **Direito do Ambiente.** Portugal: Almeidinha, 2001.

DEMAJOROVIC J. et al. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado.** P. 6. II Encontro da ANPPAS 26 a 29 de maio de 2004. Indaiatuba - SP. Disponível em: 73
<http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT11/jacuques_demajorovic.pdf>.
Acesso em: 13 de ago.2018.

DUPAS, Gilberto (org.). **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FADINI, Pedro Sérgio; BARBOSA, Almerinda Antônia Fadini. Lixo: desafios e compromissos. **Cadernos temáticos de Química Nova na Escola.** São Paulo: Edição especial, Maio, 2001.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação,** 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 05 de ago.2018.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** – Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 58. 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf> Acesso em: 02 de ago. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População estimada 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>>. Acesso em: 06 de ago. 2018.

IPT/CEMPRE. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2ª edição. São Paulo, 2000.

JACOBI, P. **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: Inovação com Inclusão Social**. São Paulo: Annablume, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LIMA, Ana Karmen Fontenele Guimaraes. Consumo e Sustentabilidade: em busca de novos paradigmas numa sociedade pós-industrial. Fortaleza. 2010.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: a autogestão da pobreza. In: O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação/ Marcia de Paula Leite; Angela Maria Carneiro Araújo; Jacob Carlos Lima. São Paulo: Annablume. 2015.

MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Élen B. A. V.; BONELLI, Cláudia M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem**. 2ª edição. São Paulo, SP: Blucher. ISBN 978.85.212.0512-8

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo, 2008. Disponível em : < <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/o-que-e-o-movimento>>. Acesso em: 28 de jun.2018.

PINHEL, Julio Ruffin (Org) et al. **Do lixo à cidadania: guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. 1.ed. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PNSB. Política Nacional de Saneamento Básico.

SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. 1. Ed. 4ª Reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

THEIS, I. M. Limites energéticos do desenvolvimento. Blumenau: FURB. 1996.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: FASE: DP&A, 2002.

XAVIER, Lúcia Helena; CORRÊA, Henrique Luiz. **Sistemas de Logística Reversa: criando cadeias de suprimento sustentáveis**. 1ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2013. ISBN - 978.85.224.8089-0

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho por meio deste, convidar o catador/a de material reciclável para participar, como voluntário, de uma pesquisa acadêmica de trabalho de conclusão de curso intitulado: “A concepção de Associativismo na Coleta seletiva: Estudo de Caso da Associação Acordo Verde, João Pessoa, Paraíba, Brasil. No qual tem como orientador o professor Doutor Vancarder de Brito Sousa, co-orientadora professora Doutora Maria de Fátima Ferreira de Araújo e pesquisadora responsável Bárbara Alexandra de Oliveira Santos, aluna do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba do Campus V, cujo contato se dá pelo telefone (83) 98867- 4941 e e-mail: barbara.hartcopp@gmail.com. Sua contribuição é assegurada o registro anônimo, sendo preservado sua identidade. A pesquisa que será feita através de um roteiro semiestruturado sendo seu conteúdo analisado e transcrito, tendo por objetivo investigar se os catadores/as de materiais recicláveis do projeto Acordo Verde compreendem da concepção associativa em que estão inseridos, assim como o entendimento dos elementos que interagem com este aspecto como a coleta seletiva, reciclagem e o trabalho do catador/a.

Assinatura do Entrevistador

Assinatura do Entrevistado

João Pessoa, _____ de 2018.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CONCEPÇÃO DE TRABALHO ASSOCIATIVO NA COLETA SELETIVA: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO ACORDO VERDE, JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL.

Pesquisadora: Bárbara Alexsandra de Oliveira Santos

Curso: Bacharelado em Ciências Biológicas

Orientador: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa

Levantamento do perfil socioeconômico do informante

- 1) Sexo do Entrevistado: _____
- 2) Idade do Entrevistado: _____
- 3) Estado civil do Entrevistado: _____
- 4) Nível de escolaridade do Entrevistado: _____
- 5) Número de filhos do entrevistado: _____
- 6) Renda do Entrevistado: _____

Levantamento sobre a concepção associativa

- 7) O que você entende por Associação?

- 8) O que levou você a participar de uma Associação? Qual seu trabalho antes disso? Quanto tempo trabalha na Associação Acordo Verde?

- 9) Na sua opinião trabalhar em uma Associação traz benefícios e avanços para a vida do catador/a ? Quais?
- 10) O que mudou na sua vida depois de ter entrado na Associação Acordo Verde?
- 11) Você enfrenta alguma dificuldade dentro da Associação Acordo Verde? Quais?
- 12) Na sua opinião, qual a importância da Associação Acordo Verde ?
- 13) Vocês recebem algum incentivo da Prefeitura de João Pessoa por meio da EMLUR?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Eu _____, (RG n.º) _____, inscrito(a) no
 CPF sob o n.º _____, residente na
 Rua _____, n.º _____, (cidade) _____
 _____ (estado) _____, AUTORIZO o uso de minha imagem,
 constante no trabalho de conclusão de curso intitulado
 _____, da
 autora _____, e orientador
 _____, vinculados a Universidade Estadual da
 Paraíba .

Local e Data : _____ / _____ / _____.

Assinatura: _____ Telefone: (____) _____.